



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1 - O presente termo tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar, merenda escolar, nos termos da tabela constante no item 7 do Estudo Técnico Preliminar e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;
- 1.2 - O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 82/2023, caracterizando-se como comum, de acordo com justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar;
- 1.3 - A ata de registro de preço passara a produzir efeitos a partir de sua assinatura, com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantagem para a Administração;
- 1.4 - A formalização da compra se dará por nota de empenho e autorização de fornecimento, considerada a pronta entrega, em até 8 (oito) dias úteis após as solicitações;
- 1.5 - Caso haver conveniência para a Administração a mesma poderá, durante a vigência da ata de registro de preços, haver a formalização de contrato nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 - Tendo em vista tratar-se de aquisição será realizada na modalidade pregão eletrônico conforme artigo 6º, Inc. XLI da Lei de Licitações 14.133/2021;
- 2.2 - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025;
- 2.3 - A aquisição é necessária para a manutenção da merenda escolar junto ao ensino fundamental e infantil do Município;
- 2.4 - A aquisição é necessária para atender demandas da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1 - Os materiais adquiridos deverão ser disponibilizados à unidade requisitante pelo fornecedor em até 08 (oito) dias úteis após a emissão da nota de empenho ou autorização de fornecimento, em conformidade com o cronograma a ser elaborado pela SMEE, referente à quantidade requisitada a cada pedido, **não podendo a Contratada impor regras quanto ao valor ou quantidade a ser requisitada**. As solicitações e empenhos ocorrerão conforme a necessidade da Municipalidade.
- 3.2 - A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada na Rua Arquimedes Bacardi, centro junto a EMEF JOÃO CLAUDIR CAPROKI E EMEI PINGO DE GENTE, dentro do horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h30min até às 11h30min e das 13h00 as 17h00.
- 3.3. A solução que melhor atende às necessidades da Secretaria Municipal, bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e do interesse público é o Registro de Preços do objeto licitado, por meio de Pregão Eletrônico com o objetivo de realizar futuras aquisições de forma parcelada dos itens, de acordo com as necessidades do Município.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 - Os materiais a serem adquiridos têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA**

objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.1.1 - Os produtos deverão cumprir as características mínimas descritas nas especificações, conforme tabela anexa ao Edital;

4.2 - As contratações oriundas do processo serão formalizadas pela emissão de Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho que será comunicada ao adjudicatário, devendo realizar a entrega conforme previsão a ser elaborada em cronograma pela SMEE;

4.2.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021;

4.2.2 - A formalização da compra se dará por nota de empenho ou autorização de fornecimento, considerada a pronta entrega, em até 08 (oito) dias úteis após as solicitações;

4.2.3 - Caso houver conveniência para a Administração a mesma poderá, durante a vigência da ata de registro de preços, haver a formalização de contrato nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133;

4.2.4 - As condições previstas neste instrumento serão parte integrante da futura ata e nota de empenho, devendo ser observadas por parte do fornecedor e do órgão contratante.

4.3 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

4.3.1 - O contratado será responsabilizado administrativamente nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.3.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 4.3.1 as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA**

c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.3.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 4.3.2 do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item;

4.3.4 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 4.3.2;

4.3.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;

4.3.6 - A aplicação das sanções previstas no item 4.3.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública e a terceiros;

4.3.7 - Na aplicação da sanção prevista no item 4.3.2, alínea "b", será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

4.3.8 - Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 4.3.2 o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

4.3.9 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

4.3.10 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

4.3.11 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

4.3.12 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA**

e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

4.3.13 - A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "l" do item 4.3.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável;

4.3.14 - Para os fins da subcondição "j" do subitem 4.3.1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal;

4.3.15 - No caso de incidência de uma das situações previstas neste edital, a licitante será cientificada através do endereço eletrônico (e-mail) por ela informado no seu ato de vinculação ao certame; sendo que os prazos concedidos para manifestação fluirão, independentemente da confirmação de leitura da mensagem, serão concedidos conforme o caso, de acordo com o estabelecido na Lei 14.133/2021.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - Os materiais adquiridos deverão ser disponibilizados à unidade requisitante pelo fornecedor em até 08 (oito) dias úteis após a emissão da nota de empenho ou autorização de fornecimento, referente à quantidade requisitada a cada pedido. As solicitações e empenhos ocorrerão conforme a necessidade da unidade;

5.1.1 - A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada na Rua Arquimedes Bacardi, centro junto a EMEF JOÃO CLAUDIR CAPROKI E EMEI PINGO DE GENTE, dentro do horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h30min até às 11h30min e das 13h00 as 17h00.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - O contrato/ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.4 - A execução do contrato/ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos;

6.5 - O gestor do contrato/ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato/ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do mesmo, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato/ata para fins de atendimento da finalidade da administração.

7 - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, e desde que tenha havido o recebimento por parte do Município, o que ocorrerá quando constatado que o bem entregue atende integralmente ao exigido no edital;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

7.2 - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela mesma empresa (razão social e CNPJ) que se habilitou a apresentou a proposta financeira para este processo;

7.3 - A Nota Fiscal emitida pela licitante vencedora poderá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão e do empenho, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;

7.3.1 - Deverá ser emitida uma nota fiscal para cada requisição de empenho e constar, ainda, a informação dos recursos próprios, alíquota e valor do imposto de renda, quando for o caso;

7.4 - O pagamento será efetuado via transferência bancária ou boleto, para tanto, informações da conta deverão ser disponibilizadas na proposta financeira;

7.5 - O preço cotado deverá ser fixo e irreeajustável até a entrega total do objeto;

7.6 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou na inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas sanadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

8.1 - A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por *menor preço unitário por item*, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.1.1 - A natureza do objeto permite seu parcelamento em itens;

8.2 - Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA**

constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor;
- d) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- h) Declaração de que não possui em seu quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

OUTRAS DECLARAÇÕES:

- a) Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, assinada por representante(s) legal(is) da empresa;
- b) Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is);
- c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e em outras normas. Esta declaração deverá ser adaptada caso a empresa se submeta ao regramento contido no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 ou não, conforme opções constantes no modelo;
- d) As empresas que pretenderem se utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, previstos no art. 42 a 45, deverão apresentar, declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O custo estimado total da contratação é de R\$ 213.693,92 (duzentos e treze mil seiscentos e noventa e três reais, noventa e dois centavos);

9.2 - Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 82/2023, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, valores buscados em contratações anteriores realizadas ou finalizadas nos últimos 12 meses, conforme pesquisa no Licitacon, bem como pesquisa de preços direta com fornecedores locais.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária:

0252. Manutenção da Merenda do Ensino Fundamental.

07.339030-500 - MATERIAL DE CONSUMO.

07.339030-552 - MATERIAL DE CONSUMO.

0257. Manutenção da Merenda do Ensino Infantil - Pré-escola.

07.339030-500 - MATERIAL DE CONSUMO.

07.339030-552 - MATERIAL DE CONSUMO.

0259. Manutenção da Merenda do Ensino Infantil - Creche.

07.339030-500 - MATERIAL DE CONSUMO.

07.339030-552 - MATERIAL DE CONSUMO.

Itapuca - RS, 10 de janeiro de 2025.

Renato Reck
Secretário de Planejamento e Gestão

Analice Sebben Casagrande
Secretária Municipal de Educação e Esportes